

A construção de um mito pelo avesso: Rui Barbosa na literatura educacional

Fábio Alves dos Santos

A historiografia da educação não nega que o último quartel do século XIX tenha sido marcado por um intenso debate acerca da necessidade de reformar todo o setor educacional. Todavia, é extremamente recorrente a tese de que tudo não passou de propostas que nunca vieram a ser efetivadas, ou que só o seriam posteriormente, e sob outro regime político.¹ Dentre estas propostas “utópicas”, encontrar-se-ia a de Rui Barbosa. A representação que se construiu acerca deste intelectual é em certa medida controversa, uma vez que o suposto fracasso de sua proposta o alçou à condição de precursor de um movimento consolidado no início do século XX. O objetivo do presente texto é questionar esta interpretação corrente a partir do entendimento da construção do mito de Rui Barbosa como grande educador.

Em 18 de fevereiro de 1943, na Associação Brasileira de Educação, Manuel Bergström Lourenço Filho proferiu uma conferência versando sobre a publicação das obras completas de Rui Barbosa. O volume que abria a série dizia respeito à reforma do ensino secundário e superior. Este texto foi referenciado pelo conferencista como “magistral tratado de pedagogia”, a partir do qual teria sido fixada “alguma coisa de

¹ BONTEMPI JUNIOR, Bruno. *História da educação brasileira: o terreno do consenso*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

universal e eterno”. O texto ao qual se reportava Lourenço Filho resultou dos pareceres elaborados por Rui Barbosa e apresentados à Câmara dos Deputados no ano de 1882.

No início dos anos 1940, o governo federal, tendo à frente Getúlio Vargas, por meio do Ministério da Educação, sob o comando de Gustavo Capanema, tomou a iniciativa de publicar as obras completas de Rui Barbosa. Dentro desse movimento, o primeiro título que veio à luz foi o referente à reforma do ensino secundário e superior. Este ato do governo do Estado Novo configura-se como o ponto alto da eleição de Rui Barbosa ao posto de patrono dos “pioneiros” da Escola Nova no Brasil.²

Wilson Martins afirma que o grupo civilista e nacionalista, nas décadas de 1910 e 1920, tinha em Rui Barbosa o “mestre de pensamento e atitudes públicas, quase um diretor de consciência. A derrota da campanha civilista teve a consequência inesperada e paradoxal de aumentar-lhe o prestígio e a popularidade: não era mais um político ou jurista, era o mito intelectual da nacionalidade”.³ E foi como obra de referência indiscutível que os pareceres de Rui Barbosa passaram à posterioridade. “Como aconteceu com tantos outros trabalhos de Rui Barbosa”, nos dizeres de Thiers Martins Moreira, “a tradição fixou e ampliou a ressonância com que seus estudos foram ao tempo recebidos e lhes atribui virtudes de sabedoria, a que talvez nunca ambicionara seu próprio autor”.⁴

² As informações até aqui arroladas foram extraídas de MOREIRA, Thiers Martins. Prefácio. BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Rio de Janeiro: Tipografia nacional, 1942. (Obras completas de Rui Barbosa, vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde); LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *A pedagogia de Rui Barbosa*. 4 ed. Brasília: INEP, 2001.

³ Cf. MARTINS, Wilson. Prefácio da 4ª edição. IN: LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *A pedagogia de Rui Barbosa*. 4 ed. Brasília: INEP. 2001. p. 14.

⁴ Cf. MOREIRA, Thiers Martins. Prefácio. BARBOSA, Rui. *Reforma do Ensino Secundário e Superior*. Rio de Janeiro: Tipografia nacional, 1942. (Obras completas de Rui Barbosa, vol. IX, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde). p. IX.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

De um levantamento não exaustivo da bibliografia acerca dos pareceres de Rui Barbosa, pôde-se constatar que estes foram objeto de estudo tanto em textos que se voltaram para a educação no Brasil Imperial de modo geral, quanto em livros e artigos voltados especificamente para o discurso pedagógico desse intelectual. Por seu caráter mais aprofundado, foram privilegiados os estudos que realizaram análises verticalizadas dessa questão – à exceção de Fernando de Azevedo, visto que sua obra *A Cultura Brasileira* tem sido um texto recorrente na formação de pesquisadores da educação, o que contribuiu para a cristalização de uma determinada interpretação sobre Rui Barbosa e o tema aqui tratado.⁵

Das leituras realizadas foi possível constatar que predomina a abordagem sobre o parecer respectivo à Instrução Primária, ainda que os autores tomem o conjunto documental para análise. Compõe a literatura acima relacionada uma dupla interpretação: de um lado, aparece um Rui Barbosa idealista, de visão utópica, com uma proposta que não coadunava com a realidade concreta vivida pelo Brasil em finais do século XIX; de outro, o fato de suas idéias não terem sido postas em prática figura como sintoma do despreparo das elites dirigentes para entender a urgência e necessidade de realizar as teses defendidas pelo deputado baiano.

⁵ Neste levantamento bibliográfico foram considerados os seguintes trabalhos: AZEVEDO, Fernando. As origens das instituições escolares. In: *A cultura brasileira*. Tomo III – A transmissão da cultura. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. p. 61-114.; ALMEIDA, Isaías Alves. *Vocação pedagógica de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1959.; PENTEADO, José de Arruda. *A consciência didática no pensamento pedagógico de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.; NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. *Pedagogia liberal modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana*. Campinas: Autores Associados, 1997.; VALDEMARIN, Vera Teresa. *O liberalismo demiurgo: estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.; LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *A pedagogia de Rui Barbosa*. 4 ed. Brasília: INEP, 2001.; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa. Pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. (Col. Educação Contemporânea).

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

O entendimento mais ou menos generalizado é de que o Brasil acabou sendo prejudicado por não ter desenvolvido uma política educacional que levasse a nação a trilhar o progresso alcançado por outros países. De um modo geral, a bibliografia consultada consagrou a tese de que os pareceres são a obra de um indivíduo isolado, disso resultando, em muitos casos, a definição de Rui como idealista, ou a tese de que os pareceres contêm um verdadeiro diagnóstico da situação educacional da época. A historiografia construiu uma memória em relação a Rui Barbosa em que esse autor figura entre os precursores da renovação educacional, que tanta falta teria feito ao Brasil durante longo tempo. A compreensão de seu discurso educacional é, entretanto, um exercício que passa pela interrogação dessa interpretação.

Embora sustentados por perspectivas diversas, os estudos mencionados consagram, de modo geral, a imagem de Rui Barbosa educador. Por meio desses trabalhos, o deputado passou a compor o panteão pedagógico nacional, como o herói – ou um dos heróis – das iniciativas precursoras de modelos educacionais que viriam a ser implantados décadas depois. Os pareceres, textos por ele produzidos no início dos anos 1880, passaram a ser considerados ora como tratados de Pedagogia, ora como verdadeiros diagnósticos educacionais. Tanto em uma como na outra perspectiva, os documentos e as proposições aí contidas foram tratados pela historiografia no contraponto de uma outra proposta de reforma, sendo esta de caráter prejudicial ao país e aquela formuladora de idéias que, se efetivadas, teriam livrado o Brasil de seu atraso.

O estudo das proposições de Rui Barbosa foi aqui realizado com o intuito de contribuir para a possibilidade de uma diferente interpretação dessas questões. Para tanto, a hipótese geral investe contra a idéia de que os pareceres configurem uma espécie de tratado pedagógico, cópia de idéias estrangeiras, sem nexos com a realidade nacional. Diferentemente, buscou-se apresentá-los como um texto que, por ser ilustrativo do

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

pertencimento do autor a um determinado grupamento político, que disputava frente a outros o poder de falar e legislar sobre a instrução pública no país, tem seu significado atrelado à situação de Rui Barbosa no campo político sob o Segundo Reinado e da relação entre Estado e educação à época.

Ao não se adotar a perspectiva de que Rui Barbosa tenha sido autor de um tratado de Pedagogia nos moldes de Comenius ou Rousseau, pode-se formular outro entendimento? Partindo do pressuposto de que esta pergunta comporta uma resposta afirmativa, a presente pesquisa norteia-se pela idéia de que o discurso de Rui Barbosa pode ser mais bem entendido da perspectiva do campo político configurado à época, ou seja, um espaço de conflito em que grupos determinados disputam o poder. Nesse sentido, levou-se em conta a rede de sociabilidade da qual Rui Barbosa participava.

Ao fazer um estudo de *longa duração* de “Sociologia das Filosofias”, Randall Collins formulou algumas observações sobre a relação entre o indivíduo e as idéias. Do seu ponto de vista, é totalmente improdutivo pensar a criação de idéias por indivíduos isolados. Esse seria o tipo de abordagem corrente responsável pela difusão do culto ao “gênio criador” ou ao “herói nacional”. O autor defende, em contrapartida, a perspectiva de que é possível demonstrar que os indivíduos que trouxeram à luz certas idéias estão localizados em padrões sociais típicos: grupos intelectuais, redes e rivais (competidores). A produção intelectual teria raízes, assim, no campo estrutural de forças do qual é parte.⁶

No caso aqui em estudo, compreendeu-se que o significado do parecer do qual Rui Barbosa foi relator estava no funcionamento do campo político brasileiro à época de sua produção. Elaborado pela Comissão de Instrução Pública, o documento em questão era portador de uma avaliação negativa a tal ponto que acompanhada de um projeto substitutivo

⁶ Cf. COLLINS, Randall. *The sociology of philosophies: a global theory of intellectual change*. 3 ed. Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

que em tudo desqualificava a peça em análise. O que significa tal negativa, produzida por um grupo de políticos pertencentes ao mesmo partido dos membros do Gabinete Ministerial que propusera a reforma original, decretada em 19 de abril de 1879? Procurou-se, dessa forma, apreender o ambiente de disputa entre os sujeitos envolvidos com os planos de reforma educacional.

Embora não seja possível compreender a proposta educacional contida nas proposições de Rui Barbosa unicamente como simbólica – visto que encerra uma série de perspectivas objetivas – entendeu-se que seu sentido poderia ser apreendido a partir do lugar que este discurso ocupou dentro do campo político à época e das representações que ele encerrava. O parecer elaborado por Rui Barbosa assume, assim, um caráter de *semióforo*. Segundo Carlo Ginzburg, semióforos são aqueles objetos que desempenham a função de significar. Diferentemente das “coisas”, os semióforos “têm a prerrogativa de pôr em comunicação com o visível o invisível, ou seja, eventos ou pessoas distantes no espaço e no tempo, ou até seres situados fora de ambos”.⁷ Na mesma linha, Krzysztof Pomian define o semióforo como “um objeto visível investido de significado”.⁸ O documento basilar deste estudo seria, além de propositor de uma reforma educacional, demarcador da participação de um determinado grupo nas discussões acerca da educação.

Desse modo, foi considerado elemento fundamental para a compreensão da proposta de Rui Barbosa a sua participação em um grupo político específico. Fala-se aqui da facção representada pelo Partido Liberal Baiano, liderado pelo Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas. Rui Barbosa estabeleceu relações muito íntimas com a família deste, principalmente com um seu filho, Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, e a ligação

⁷ Cf. GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. Trad. Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 241.

⁸ Cf. POMIAN, Krzysztof. História Cultural, história dos semióforos. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 71-95.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

entre eles exemplifica uma característica bastante própria da vida política do período, o apadrinhamento.

Uma das premissas deste trabalho é que o entendimento da escalação de Rui Barbosa para relator do parecer está na compreensão do entrecruzamento das expectativas de seu grupo político em relação à educação e das possibilidades intelectuais de seu autor para bem representar as proposições de seu grupamento. Este duplo movimento tem como perspectiva desviar-se da interpretação do texto em tela como fruto unicamente de uma “mente brilhante”, sem, entretanto, desconsiderar os méritos particulares do autor.

Quando estudou as idéias de um moleiro italiano chamado Menocchio, perseguido pela Inquisição, Ginzburg afirmou que tal sujeito não era um caso representativo do que de mais comum havia em seu meio, mas sim um caso singular. Todavia, diz o autor, a sua singularidade tinha limites bastante precisos, que assim resumia: “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação”. Isto porque, tal qual a linguagem, a cultura garante ao indivíduo um “horizonte de possibilidades latentes”, como uma “jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicional de cada um”.⁹ O caso de Rui Barbosa pode ser entendido dessa maneira: suas posições em matéria de educação, embora marcadas por características próprias de sua autoria, comungavam com os fundamentos comuns ao grupo para o qual o seu discurso era direcionado.

Rui Barbosa era, à época, um intelectual a serviço do Partido Liberal. O uso do termo intelectual requer alguns esclarecimentos. Segundo Jean-François Sirinelli, os intelectuais constituem, por sua composição, um sub-objeto da História. Isto porque, ao

⁹ Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3 ed. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 27.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

longo do tempo, esse grupamento social apresentou-se sob uma forma e contornos muito vagos e foi numericamente pouco significativo. Em sua definição, há duas formas de compreender o intelectual: uma mais "ampla e sociocultural", que engloba os criadores e os mediadores culturais, e outra mais estreita "baseada na noção de engajamento". Rui Barbosa foi aqui entendido dentro da primeira perspectiva, em que Sirinelli agrupa casos como o de jornalistas, escritores e professores secundários.¹⁰

No caso de Rui Barbosa, ele fazia parte do agrupamento que foi objeto do estudo desenvolvido por Sérgio Adorno – *Os aprendizes do poder*. De acordo com este autor, os homens formados nas academias de Direito – os bacharéis – representavam os principais intelectuais da sociedade brasileira do século XIX.¹¹ Embora essa afirmativa seja discutível, posto que havia participantes efetivos dos debates políticos que se travaram à época, que não possuíam tal formação¹² – leva-se em conta esta proposição a fim de entender os significados dos pareceres aqui em análise.

A pesquisa que aqui se encerra teve por um de seus objetivos reinterpretar as proposições educacionais de Rui Barbosa contidas em seu parecer. Espera-se que ao

¹⁰ Cf. SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 231-269. As citações remetem às páginas 234; 242.

¹¹ A formação jurídica – seja na Universidade de Coimbra, seja nas Faculdades de Direito no Brasil – tem sido considerada o elemento de homogeneização da chamada elite imperial brasileira. Segundo José Murilo de Carvalho, essa formação constituía um elemento “poderoso de unificação ideológica”. É na mesma linha de entendimento que Sergio Adorno fez suas considerações. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; O teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 65.; ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 79.

¹² Ainda é preciso mais trabalhos que incidam sobre essa temática, principalmente no que se refere à segunda metade do século XIX. No tocante ao início dessa centúria, alguns trabalhos lançam luzes nuançadas sobre esse fenômeno, o que pode instigar novas investigações sobre o outro período que dispõe de uma interpretação já clássica. Cf. FERNANDES, Paula Porta Santos. *Elites dirigentes e construção nacional: a formação de um corpo de funcionários do Estado no Brasil, 1808-1838*. São Paulo, 2000. 415f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.; DIAS, Maria Odília da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 278, jan./mar.1968. p. 105-197.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009

ISSN: 2176-4514

final tenha sido aclarada esta outra perspectiva. Foi nesse sentido que se lançou mão do recurso a uma pequena biografia, na busca de trazer à cena os elementos acumulados ao longo de sua formação e as interseções estabelecidas nessa trajetória. Assim também a identificação dos referentes bibliográficos dispostos pelo parecerista e as informações sobre a localização e natureza do documento contribuíram para uma outra definição que a de tratado de pedagogia. Diferentemente, buscou-se a compreensão da proposta de Rui Barbosa para o ensino no Pedro II ao se analisar o campo político à época dos pareceres. O resultado dessa investida foi o entendimento do parecer como fruto da cultura retórica, e do projeto substitutivo como peça filiada a outra vertente liberal finissecular que não aquela basilar da reforma Leôncio de Carvalho.

As proposições de Rui Barbosa sobre o lugar do Estado em relação à educação podem ser entendidas a partir do **locus** de produção do parecer. A compreensão do documento em questão é possível ao considerá-lo como uma peça política, elaborada para ser discutida num espaço político – a Câmara dos Deputados – e destinada há um público de mesmo caráter. Daí as recorrências às questões financeiras, com a apresentação de índices internacionais. Daí a defesa da educação para o desenvolvimento não só da indústria fabril, mas também da lavoura.¹³

Além de pensar as ações da elite dirigente como mecanismo de opressão sobre as camadas pobres da sociedade, deve ser levada em conta a representação que a elite faz de si mesma. Ou seja, pode-se vê-la como um grupo de indivíduos que acredita ser um seu dever ordenar a sociedade e lhe garantir o bom funcionamento. Para tanto, considera indispensável criar mecanismos de enquadramento dos fatores que pudessem se desviar desse plano organizador. Mais do que puro instrumento de controle social, a

¹³ Sobre as questões financeiras do Império, ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; O teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 261-289.; MELLO, Evaldo Cabral de. *O norte agrário e o Império (1871-1889)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

educação escolar constitui, sob essa perspectiva, uma ferramenta de fabricação de homens novos sob o controle do Estado.

O caráter retórico do parecer apresentado pela Comissão de Instrução Pública não significa que seu relator fosse propugnador de idéias deslocadas da realidade. O modo como Rui Barbosa entendia o ensino no Pedro II – e por extensão em todas as instituições a ele equiparadas – visava formar indivíduos para atender necessidades práticas existentes no período. O crescimento da malha ferroviária, da comunicação telegráfica, a urbanização, dentre outros elementos de dinamização da cultura material, demandavam novas formações escolares. Mesmo a agricultura passava por um processo de modernização já há alguns anos, e muitos produtores rurais se fizeram arautos de uma educação técnica que qualificasse tanto os trabalhadores, quanto os donos de terras.

Não se quer dizer com isso que o Brasil estava desprovido de gentes preparadas para trabalhar sob esse regime. O que se percebe é um movimento crescente de controle do Estado sobre diversos aspectos da vida social que até então não lhe eram de responsabilidade, fosse exclusiva ou mesmo parcial. É o caso da educação, que para muitos contemporâneos de Rui Barbosa deveria permanecer longe do domínio estatal. As colocações do parecerista denotam a defesa de um maior controle estatizado não somente da formação dos candidatos ao ensino superior, como também dos quadros que comporiam outros níveis da burocracia e do funcionalismo público.

Um traço que distingue Rui Barbosa e o conjunto de intelectuais com o qual comungava muito de sua perspectiva era a confiança na ciência. Para esses homens, nenhum outro meio de intervenção sobre a realidade teria sucesso a não ser aquele que se fizesse pautado no conhecimento científico. Destacam-se nesse plano as chamadas ciências positivas, dentre as quais as Matemáticas e as Físicas e Naturais. A partir da

**I SEMINÁRIO NACIONAL DE FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DE 01 A 04 DE
DEZEMBRO DE 2009**

ISSN: 2176-4514

matematização e descrição do real o progresso poderia ser alcançado. Este ideal não era exclusivo da intelectualidade brasileira. Isto é percebido pelos casos internacionais referenciados por Rui Barbosa. Ao invés da idéia de influência, ou cópia, percebe-se que havia um movimento próprio do mundo ocidental que se irradiava da Europa, principalmente de França, Alemanha e Inglaterra, e atingia diversos países que pleiteavam o grau de civilização. Essas nações modelares mantiveram constantes diálogos entre si e serviam de referência umas às outras. Difundia-se, assim, um ideal de progresso pautado pelo cientificismo.

Longe de ser um discurso no vazio, a proposta de Rui Barbosa para o ensino no Pedro II encerra elementos que fazem dela uma dentre outras possibilidades. Seu parecer, marcado pelo que havia de mais sofisticado na formação retórica dos homens da época, demarcava um lugar nos debates educacionais do período. Na visão do grupo expressa nas palavras de Rui Barbosa, o Estado deveria garantir um determinado grau de liberdade para o exercício da formação dos espíritos, mas nada que pudesse afastá-lo do ideal de construção de uma nação pautada pelo cientificismo. As "luzes" deveriam atingir a todos, independentemente de sua origem social e de sua destinação profissional.